

# O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS<sup>1</sup>

*Zilda de Araújo Rodrigues<sup>2</sup>*

## RESUMO

O texto situa historicamente o processo de modernização<sup>3</sup> das instituições federais de ensino superior brasileiras (Ifes), por meio de mudanças na estrutura e na organização do trabalho acadêmico. Nesse sentido, estabelece relação entre o movimento de redemocratização da sociedade brasileira, no período compreendido entre 1984 e 1997, as diversas tentativas de adequar as Ifes às mudanças da sociedade, bem como a resistência da sociedade civil organizada e comprometida com os destinos da educação superior no Brasil ao modelo de modernização apresentado. Analisa também o momento em que as condições socioeconômicas e políticas propiciaram a implementação da reforma do grau superior de ensino e algumas ações implementadas.

Palavras-chave: redemocratização, reforma administrativa, reforma educacional, educação superior.

## INTRODUÇÃO

Este texto tem o objetivo básico de analisar o impacto das políticas públicas de educação superior, tidas como modernizadoras, e suas implicações na estrutura e na organização do trabalho acadêmico nas universidades públicas federais brasileiras, no período compreendido entre 1984 a 1997.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 7/4/2003 e aprovado em 14/5/2003.

<sup>2</sup> Mestre em Educação Brasileira e professora da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas. [e-mail: zildaaraujo@uol.com.br]

O recorte histórico delineado não marca uma divisão rígida na história das instituições, mas estabelece um campo analítico, tomando-se por base mudanças na estrutura e na organização do trabalho acadêmico, por entender que, no período em questão, houve substantivas alterações na lógica institucional das Ifes. Para tanto, realiza-se uma interlocução com o Estado: nas suas interfaces de natureza administrativa, com o Ministério da Administração e da Reforma do Estado (Mare); e educacional, com o Ministério da Educação (MEC).

Orienta-se pelo pressuposto de que ações, quanto à estrutura e organização do trabalho acadêmico nas instituições federais de ensino superior (Ifes), acompanham o movimento geral da sociedade em seus aspectos socioeconômico, político e cultural e as orientações dos órgãos hierarquicamente superiores, especialmente o MEC e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Nesse processo, a racionalidade que permeia as ações e as estratégias de implementação das mudanças analisadas evidencia uma aproximação do caminho percorrido pelo conjunto das instituições públicas federais de ensino superior e, certamente, expressa o ideário hegemônico das políticas públicas para o setor, em sua estreita vinculação com os organismos multilaterais, como o Banco Mundial (Bird), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A universidade, como instituição social, é parte integrante da sociedade e, com ela, estabelece relações de reciprocidade, não sendo, portanto, adequado tratar essa realidade de forma dicotômica. Por essa razão, a investigação demonstra alguns mecanismos de ajustes que respondem a diferentes conjunturas vividas pela sociedade, as quais são determinantes das políticas públicas, particularmente das educacionais, e das diretrizes de instâncias superiores da universidade. No caso, busca apreender a estrutura e a organização do trabalho acadêmico nos diferentes contextos históricos da sociedade brasileira, e que ações e mecanismos foram implementados para talhar a identidade institucional e aperfeiçoar sua gestão.

Nesse sentido, subentendem-se as seguintes indagações: como as Ifes confrontam suas necessidades de sobrevivência, de moderni-

zação e de institucionalização para construírem o saber e socializá-lo? Como respondem aos questionamentos sobre a sua presença na sociedade? Qual a função social da universidade pública?

### CONTEXTO GERAL

A compreensão do movimento, no período de 1984 a 1997, implica a análise e a explicitação dos contextos mundial e nacional em que se deu a passagem do regime autoritário para a redemocratização do Brasil. Pode-se observar com clareza que essa passagem ocorreu sob os ventos de intensas mudanças nos países de capitalismo desenvolvido, caracterizadas pelo processo acelerado de hegemonização do neoliberalismo de mercado (OLIVEIRA, 1999). Esse modelo retoma o liberalismo, mas não em sua vertente clássica, pois o leva às últimas conseqüências em termos de desregulamentação, de diminuição do Estado, de encolhimento do espaço público e de competitividade – calcada nas exigências de eficiência e de eficácia – e na globalização do capital.

No contexto nacional, identificam-se três momentos diferenciados no âmbito socioeconômico, político e cultural da sociedade brasileira, com visíveis implicações no campo educacional.

O primeiro momento é mais visível até meados da década de 1980, quando o neoliberalismo, que propõe um regime de mercado por excelência, teve sua proximidade pressentida pela experiência do país vizinho, o Chile, considerado pioneiro no ajuste aos novos padrões requeridos pela economia mundial, e também dos países de centro do capitalismo desenvolvido, como os Estados Unidos e a Inglaterra. O paradigma da eficiência, da eficácia e da “qualidade” é elevado à categoria de centro no processo de modernização capitalista-liberal.

O Brasil, na condição que ostenta de país de capitalismo tardio, apresenta essa nova orientação em contradição com a prática histórica no seu interior. O estado militar (GERMANO, 1993), abalado pela crise econômica e política, e sem condições efetivas de reconstituir os pilares de sua hegemonia, viu-se instado a remover obstáculos em seu próprio seio e a construir os alicerces sobre os quais se ergueria o estado de

direito. Essa tendência evidencia-se, de um lado, em algumas ações do regime e, de outro, na crescente mobilização de setores mais organizados da sociedade civil. A sociedade brasileira reencontrou o discurso em favor da democracia, do sistema liberal de representação política, de igualdade de direitos e oportunidades.

No campo educacional, especialmente no sistema público do ensino superior, discutiam-se algumas questões, como a modernização e a democratização do acesso ao ensino superior; o ensino público, gratuito e de qualidade; e a democratização das relações de poder no âmbito das Ifes, bem como sua autonomia.

Na luta política por reformas no campo educacional, particularmente pela modernização da instituição universitária, na década de 1960, os movimentos estudantis exerceram papel de destaque. No período de transição e pós-regime militar, o movimento dos docentes e dos servidores técnico-administrativos das Ifes se destacou com a criação de entidades representativas das duas categorias: a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) e as Associações de Servidores Técnico-Administrativos das Universidades Federais. Ademais, tiveram participação notória amplos setores organizados da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Sbpc), a Igreja Católica – por meio da ação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cnbb) e da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, sindicatos, especialmente o dos metalúrgicos do ABC paulista, e setores da imprensa.

A representação política, ideal democrático de corte liberal, concretizou-se no interior das Ifes pela escolha dos dirigentes mediante processo de eleição direta, com a participação dos três segmentos constitutivos dessas instituições, ou seja, docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes.

No que se refere à organização do trabalho acadêmico, o modelo adotado pela reforma do ensino superior de 1968 foi baseado nos pressupostos tayloristas. Esse modelo de universidade, inspirado nos princípios da gerência científica, chegou ao Brasil pelas mãos do consultor norte-americano Rudolf Atcon que, segundo Fávero (1991,

p. 28), “incorpora a concepção taylorista, mas tenta adaptá-la à proposta de reestruturação das universidades brasileiras”. Entre os princípios tayloristas, a autora destaca que sua estrutura de universidade aliena, porque separa definitivamente cada segmento da *universitas*, revelada no afastamento das funções de direção e de execução, sendo que o objetivo, em última instância, é a “não-duplicação de meios para fins idênticos e equivalentes, eficiência, produtividade e racionalidade [...]” (FÁVERO, 1991, p. 28 e 32; CUNHA, 1999, p. 130).<sup>4</sup>

Para Chauí (1999), a organização do trabalho acadêmico instituída pela Lei 5.540, de 14 de dezembro de 1968, caracteriza a “universidade funcional”. Essa universidade é “voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho”. Para atender a tais requisitos, ainda segundo Chauí (1999, p. 220), “a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho”.

A partir da retomada do processo democrático na sociedade e nas universidades públicas federais, esse modelo de organização da estrutura e do trabalho acadêmico começa a sofrer ajustes aos novos tempos.

O segundo momento, que abrange a segunda metade da década de 1980, caracteriza-se pela consolidação dos movimentos sociais e pela adesão de uma parte da classe dominante, até então aliada e beneficiária do regime, e pela luta pela reconquista da democracia política. O período de transição da história brasileira é conhecido como de redemocratização, de retorno aos ideais republicanos. Daí a denominação de Nova República, processo dado por concluído com a eleição presidencial de 1989, em que se elegeu o segundo presidente civil pós-regime militar.

Esse período comporta três marcos centrais: a luta pelas Diretas-já, a eleição do primeiro presidente civil depois de 21 anos de regime autoritário e a instituição do Congresso Constituinte.

Em 1984, houve intensa mobilização da sociedade em torno do projeto que restabeleceria a eleição direta para a presidência da República. Esse processo foi abortado pela velha prática política das elites brasileiras. No momento da decisão, foi feito acordo “pelo alto”,

ou seja, entre setores das classes dominantes, ficando a população alijada do processo (GERMANO, 1993). Nessas circunstâncias, foi eleito, por um colégio eleitoral, o primeiro presidente pós-regime autoritário.

Também no que tange à Constituinte, em vez de uma Assembléia Nacional, processo soberano com a participação popular na escolha dos seus representantes constituintes, elegeu-se um Congresso Constituinte dentro do próprio Congresso Nacional. Esse processo culminou com a promulgação da nova Carta Magna, em 1988 (apud GERMANO, 1993). Apesar das limitações impostas pelo conservadorismo e pelo autoritarismo histórico da sociedade brasileira quanto a esses processos, é inegável que se inaugurou uma nova etapa na vida política do país.

Para as Ifes, representou um momento de fortalecimento das entidades representativas dos docentes, quando a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior foi transformada em Sindicato Nacional (Andes-SN), e a dos servidores técnico-administrativos transformou-se na Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra).

A correlação de forças nesse período histórico tendia a favorecer os movimentos sociais e, no âmbito do serviço público, a conquista do direito à sindicalização do servidor inscreveu-se no rol dos ganhos políticos. Essas entidades lideraram movimentos de paralisação que estão registradas nas lutas políticas de grande significado para o processo de redemocratização do país.

O espírito democratizante estimula muitas instituições públicas de ensino superior a iniciar a retomada do controle sobre os seus próprios destinos, o que ocorre mediante a realização de processos constituintes internos, superando a herança do período autoritário e dando a essas instituições uma nova feição, mais adequada aos tempos contemporâneos.

O terceiro momento coincide com o início dos anos 90, quando os reflexos da incorporação da ciência e da tecnologia no processo produtivo revela-se de forma mais contundente, produzindo verdadeiros abalos em todos os campos da vida societária. Esse processo de ajuste alcança todos os cantos do mundo e chega ao Brasil no governo Collor de Mello.

A reestruturação produtiva representa a “substituição” do paradigma taylorista/fordista pelo da acumulação flexível. O primeiro possuía, entre outras, as seguintes características: a divisão do processo produtivo em pequenas partes, o controle e a padronização dos tempos e movimentos, a separação entre planejamento e execução das tarefas. O símbolo desse momento da administração científica é o “gorila domesticado”, expressão cunhada por Taylor para mostrar em que se transformavam os trabalhadores naquela linha de montagem. O segundo acha-se dominado pelos sistemas de comunicação, exige habilidades intelectuais mais que físicas; o controle é individualizado e internalizado, prescindindo da presença do supervisor (KUENZER, 1998). As transformações no sistema produtivo provocam reformas econômicas de grande alcance, cujas implicações nos campos político, social e cultural estão em curso.

#### Ajuste e campo educacional

A crise do sistema capitalista passou por um grande aprofundamento no final dos anos 70 e início da década de 1980 e, como conseqüência, desenha-se um novo mapa geopolítico e econômico mundial. O neoliberalismo, como orientação de política econômica e projeto de sociedade, fortalece-se e impõe-se, constituindo-se em um sistema hegemônico, especialmente na América Latina.

As exigências da reorientação do sistema capitalista ampliam a esfera de influência dos países desenvolvidos. A crise do sistema gera programas de reestruturação econômica, constituídos por severas condições: a integração ao capital internacional sem nenhuma salvaguarda; o encolhimento do Estado mediante a privatização de empresas estatais e o ajuste fiscal. O ajuste leva à diminuição drástica dos recursos para o campo social, além da desregulamentação para aumentar a competitividade e a eficiência na produção de bens e serviços. Em outras palavras, a revolução científica e tecnológica, a globalização e o projeto neoliberal ocasionam mudanças no mundo da produção e do trabalho (KUENZER, 1998; FRIGOTTO, 1995).

No Brasil, a reorientação da economia acontece de forma mais contundente em 1995, quando Fernando Henrique Cardoso assume a presidência da República. A expressão “fim da Era Vargas” mostra a disposição do presidente da República de abandonar o “projeto de desenvolvimento nacional”, que tem no legado de Getúlio Vargas a sua face visível e sua opção pela “globalização liberal”.

Em suas características gerenciais, esse projeto pode ser visto sob dois aspectos: a) a transformação do Estado interventor em Estado gestor; b) a separação radical do setor social do setor político (SGUISSARDI; SILVA JR., 1999). No que se refere ao primeiro aspecto, está clara, desde o momento inicial da implantação do projeto em questão, a privatização das estatais e a transferência de atividades e serviços, até então de competência da União, para estados, municípios e iniciativa privada, dando mostras da retirada dessa esfera do poder do setor produtivo. Do ponto de vista do controle, a perspectiva é de que seja feito por agências executivas. O segundo ponto refere-se à despolitização das relações entre Estado e sociedade, das demandas sociais que trazem como consequência o esvaziamento e a deslegitimação dos canais de reivindicação tradicionalmente ligados aos setores organizados da sociedade, como sindicatos e partidos políticos.

O programa de ajuste referenciado é implementado com a mediação de órgãos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os resultados não demoram a aparecer: aumento brutal no nível de exclusão social, sobretudo nos países da periferia do sistema. É importante frisar, porém, que esses ajustes só são implementados da forma como são elaborados, em países onde técnicos, políticos e intelectuais comungam do mesmo ideário (FRIGOTTO, 1995; CORAGGIO, 1998).

Para o campo educacional, as implicações da revolução científica e tecnológica abrangem o redirecionamento da função social da educação, que passa a ser concebida e organizada de acordo com os parâmetros da lógica empresarial e mercadológica, além da mercadorização do ensino (SGUISSARDI; SILVA JR., 1999).

A respeito das implicações das mudanças na estrutura produtiva, na educação, Dourado e Oliveira (1999, p. 10) afirmam:

Há uma compreensão, no mundo internacionalizado, de que a competitividade requerida passa pelo conhecimento e pela formação de recursos humanos; daí o papel central da educação e do conhecimento. [...] Por isso, nessa ótica, o investimento em capital intelectual aparece como estratégico para a obtenção de vantagens competitivas.

O processo de mercadorização do ensino, bem como da introdução da lógica empresarial na educação superior, é enfatizado, nas observações de Catani e Oliveira (2000):

crescente domínio das instituições particulares está ocorrendo, em grande parte, porque o ensino superior já é considerado um dos negócios mais lucrativos do país, evidenciado pela rápida expansão do mercado educacional brasileiro.

Para a educação superior, em especial, são acrescentadas novas exigências. Flexibilidade, eficiência, descentralização, competitividade, avaliação e qualidade compõem o vocabulário corrente e apontam uma nova racionalidade nesse grau de ensino. Segundo Catani e Oliveira (2000, p. 63):

Desde o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) tem sido implementada uma série de políticas e um conjunto de medidas “cotidianas” que já configuram a existência de uma reestruturação da educação superior no Brasil que inclui, especialmente, um “novo” padrão de modernização e de gerenciamento para o campo universitário, inclusos no novo paradigma de produção capitalista e na reforma da administração pública do Estado.

O padrão de modernização e de gerenciamento para o campo universitário incluiu a elaboração, pelo MEC, de mecanismos dedicados a coletar, a processar e a disseminar informações, com a finalidade de subsidiar as administrações dessas instituições nas tomadas de decisões, além de ser fonte de dados para pesquisa. São diretrizes emanadas do MEC, pelo lado oficial, e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes),

como síntese do pensamento dos dirigentes das Ifes, e tomam formas de modelos gerenciadores dessas instituições por meio de instrumentos como o Sistema de Apuração de Custos das Instituições Federais de Ensino Superior (SAC) e o Sistema de Atividades Docentes das Ifes (SAD), da Sesu/MEC; a matriz de alocação de recursos para as instituições federais de ensino superior, da Andifes; e o planejamento estratégico, como a face da gestão gerencial no campo da educação superior. O Sistema de Apuração de Custos e o Sistema de Atividades Docentes, representando redes de informações que demandam uma série de providências, são, em parte, respondidos pela burocracia.

As reformas do Estado e da educação superior brasileira apontam a presença de alguns eixos norteadores da legislação com o objetivo de dar uma outra conformação à administração pública e ao sistema educacional, em especial ao ensino superior. As idéias de desburocratização, flexibilidade, descentralização estão contidas no objetivo da legislação que as constituem, na perspectiva de tornar o sistema “eficiente”, “ágil” e prestar serviços com qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se uma análise do processo de modernização das instituições federais de ensino superior, bem como procurou-se estabelecer relação entre esse processo e o movimento histórico da sociedade. Verificou-se que o discurso de modernização das Ifes data dos anos 60, com o relatório do consultor norte-americano Rudolf Atcon. Observou-se ainda que, no decorrer do período, entre 1968, quando foi instituída a reforma do ensino superior pela Lei 5.540, de 14 de dezembro de 1968, como também, na década de 1990, houve tentativas de retomada da reforma universitária, no contexto do processo de redemocratização da sociedade, sem sucesso. Constatou-se também que o espírito que norteou a reforma do ensino superior de 1968, inspirada no Relatório Atcon, e a reforma retomada em 1995, num outro momento histórico mundial e nacional, o da hegemonia do neoliberalismo, é o mesmo em dois: inspirada em modelo externo e articulada às mudanças na economia. Observou-se ainda que em 1995 algumas das sugestões de Atcon foram retomadas, embora

ressignificadas ou presentificadas, sendo algumas implementadas e outras não.

“O espírito de competição, o critério de produtividade, que conduzem à diferenciação salarial”, foram trazidos para o interior das Ifes por meio da gratificação de estímulo à docência, definida por Catani e Oliveira nos seguintes termos:

Instrumento legal que atua como elemento de racionalização da organização do trabalho acadêmico. Acrescentam que uma das suas funções básicas é a de modificar a estrutura organizacional das universidades federais, valendo-se da institucionalização de uma racionalidade econômica e produtivista. (CATANI; OLIVEIRA, 1999, p. 69)

As mudanças efetuadas no ensino superior, desde a “república populista” até a atualidade, evidenciaram momentos de descontinuidade num processo de contínua tentativa de implementação de um modelo de universidade voltado para o mercado, no que se refere à formação do profissional, e elitizado, no acesso e na formação diferenciada, de acordo com a classe social a que se destina.

No limiar de um governo democrático-popular no Brasil, cabe resgatar o projeto de uma universidade pública, gratuita, laica e de qualidade e adequá-lo à realidade atual sem permitir que seja desvirtuado no que lhe é peculiar e essencial.

#### ABSTRACT

The text stands historically the process of modernization of Brazilian federal institutions of higher education, by means of changes in structure and organization of the academic work. This way, it is established the relation between the movement of redemocratization of the Brazilian society that occurred in the period of 1984 to 1997 and the several attempts to adequate the federal institutions of higher education to the changes in the society. The resistance of the civil society organized and committed to destine of the higher education in Brazil, to the model of modernization presented is also discussed. The article also analysis the moment which the socio economic conditions and the politics allowed the implementation for the reforms of higher education, as well some actions implemented.

Key-words: democratization, administrative reform, education reform, higher education

#### NOTAS

3. Modernização aqui entendida como a definida por Célia Ribeiro (1989, p. 30): “importação do novo e do moderno sem [...] mudança significativa nas relações de poder, verificada através de um ajustamento social, cultural e político ao novo arranjo da economia nacional”.
4. Sobre reforma do ensino superior de 1968, consultar Cunha (1999) e Germano (1993).

#### REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (Andifes). *Lei Orgânica das universidades. (Proposta de um anteprojeto de lei)*. Brasília, 1996.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR – SINDICATO NACIONAL (Andes-SN). Proposta da Andes-SN para a universidade brasileira. *Cadernos Andes*. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Proposta da diretoria da Andes-SN para a universidade autônoma. *InformANDES*. Brasília, n. 93, 1999, p. 1-17. (Encarte).

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington: Bird, 1995.

BRASIL Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare). *Projeto de organizações sociais*. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). *Fundamentos para uma lei que regule a autonomia das universidades federais*. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de. A universidade pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão. In: TRINDADE, H. (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Porto Alegre: Cipedes; Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999a. p. 179-189.

\_\_\_\_\_. A gratificação de estímulo à docência (GED): alterações no trabalho acadêmico e no padrão de gestão das Ifes. In: DOURADO, L. F.; CATANI, A.

M. (Orgs.). *Universidade pública: políticas e identidade institucional*. Campinas, SP: Autores Associados; Goiânia: Ed. da UFG, 1999b. p. 65-74. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 70).

\_\_\_\_\_. As políticas de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil: alterações no sistema e nas universidades públicas. In: SGUISSARDI, V. (Org.). *Educação superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000. p. 63-81.

CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, H. (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Porto Alegre: Cipedes; Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 211-222.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. de; WARDE, M. J. de; HADDAD, S. (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 75-123.

CUNHA, L. A. Reforma universitária em crise: gestão, estrutura e território. In: TRINDADE, H. (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Porto Alegre: Cipedes; Petrópolis: Editora Vozes: 1999a. p. 125-148.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. Políticas educacionais e reconfiguração da educação superior no Brasil. In: DOURADO, L. F.; CATANI, A. M. (Orgs.). *Universidade pública: políticas e identidade institucional*. Campinas, SP: Autores Associados; Goiânia: Editora da UFG, 1999. p. 5-22. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 70).

FÁVERO, M. de L. Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção Educação Contemporânea).

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (Fasubra). Por uma universidade cidadã para os trabalhadores. *Revista FASUBRA*. Brasília, v. 1, n. 1, p. 3-32, maio, 1999.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, F. de. A face do horror. In: SGUISSARDI, V.; SILVA JR., J. dos R. *Novas faces da educação superior no Brasil*. Prefácio. Bragança Paulista, SP: Edusf, 1999.

RIBEIRO, C. M. *Universidade: “seqüestro” e normalização – uma análise da UFG enquanto uma instituição disciplinar*. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SGUISSARDI, V.; SILVA JR., J. dos R. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção*. Bragança Paulista, SP: Edusf, 1999.

#### LEGISLAÇÃO NACIONAL

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei n. 5.540, de 14 de dezembro de 1968*. Brasília, 1968.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Secretaria de Ensino Superior (Sesu). *Sistema de apuração de custos das instituições federais de ensino superior*. Brasília, jan. 1994.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Sistema de atividades docentes (SAD)*. Brasília, jul. 1994.